

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015
(Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)

LEGISLAÇÃO	Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 03/09/2015)
	Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.	Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização, e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; altera as Leis nºs 8.402, de 8 de janeiro de 1992, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.808, de 20 de julho de 1999, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, e 12.715, de 17 de setembro de 2012, e 12.973, de 13 de maio de 2014; revoga dispositivo da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000; e dá outras providências.	Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização, e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; altera as Leis nºs 9.808, de 20 de julho de 1999, 8.402, de 8 de janeiro de 1992, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 11.484, de 31 de maio de 2007, 12.973, de 13 de maio de 2014, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e 10.865, de 30 de abril de 2004; e dá outras providências.
	A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988.	Art. 1º A <u>Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 1º A <u>Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 1º A <u>Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art.3º A alíquota da contribuição é	“Art.3º	“Art.3º	“Art.3º

**Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015
(Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)**

LEGISLAÇÃO	Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 03/09/2015)
de:			
I – 15% (quinze por cento), no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e	I - 20% (vinte por cento), no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e	I – 20% (vinte por cento), no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, e 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2019, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001;	I – 20% (vinte por cento), no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, e 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2019, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001;
		II – 17% (dezesete por cento), no período compreendido entre 1º de outubro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, e 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2019, no caso das pessoas jurídicas referidas no inciso IX do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 2001;	II – 17% (dezesete por cento), no período compreendido entre 1º de outubro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, e 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2019, no caso das pessoas jurídicas referidas no inciso IX do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001;
II – 9% (nove por cento), no caso das demais pessoas jurídicas.” (NR)	III – 9% (nove por cento), no caso das demais pessoas jurídicas.” (NR)	III – 9% (nove por cento), no caso das demais pessoas jurídicas.” (NR)
			Art. 2º Ficam isentos e remidos do laudêmio, do foro e das taxas de ocupação os contribuintes localizados na Área A do antigo Aeroporto de Petrolina, Estado de Pernambuco, identificados no Anexo I desta Lei.
			Parágrafo único. Aplica-se a remissão aos débitos patrimoniais devidos à União, constituídos e não pagos, inclusive os inscritos em dívida ativa,

**Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015
(Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)**

LEGISLAÇÃO	Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 03/09/2015)
			executados judicialmente ou não.
Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999		Art. 2º O art. 4º da Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999 , passa a vigorar com a seguinte redação:	Art. 3º O caput do art. 4º da Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999 , passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 4º Serão concedidos aos empreendimentos que se implantarem, modernizarem, ampliarem ou diversificarem no Nordeste e na Amazônia e que sejam considerados de interesse para o desenvolvimento destas regiões, segundo avaliações técnicas específicas das respectivas Superintendências de Desenvolvimento, até 31 de dezembro de 2015, o benefício de isenção do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).		“Art. 4º Será concedida aos empreendimentos que se implantarem, modernizarem, ampliarem ou diversificarem no Nordeste e na Amazônia e que sejam considerados de interesse para o desenvolvimento destas regiões, segundo avaliações técnicas específicas das respectivas Superintendências de Desenvolvimento, até 31 de dezembro de 2020, a isenção do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).” (NR)	“Art. 4º Será concedida aos empreendimentos que se implantarem, modernizarem, ampliarem ou diversificarem no Nordeste e na Amazônia e que sejam considerados de interesse para o desenvolvimento destas regiões, segundo avaliações técnicas específicas das respectivas Superintendências de Desenvolvimento, até 31 de dezembro de 2020, a isenção do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM.”(NR)
Lei nº 8.402, de 8 de janeiro de 1992		Art. 3º O art. 1º da Lei nº 8.402, de 8 de janeiro de 1992 , passa a vigorar acrescido de parágrafo com a seguinte redação:	Art. 4º O art. 1º da Lei nº 8.402, de 8 de janeiro de 1992 , passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:
Art. 1º São restabelecidos os seguintes incentivos fiscais:		“Art. 1º	“Art. 1º
§ 2º São extensivos às embarcações, como se exportadas fossem, inclusive às contratadas, os benefícios fiscais de que tratam os incisos I a V deste artigo.			
		§ 3º Na aplicação do regime aduaneiro especial de drawback à	§ 3º Na aplicação do regime aduaneiro especial de drawback à

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015
(Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)

4

LEGISLAÇÃO	Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 03/09/2015)
		industrialização de embarcação de que trata o §2º, o prazo de suspensão dos tributos poderá ser de até 7 (sete) anos.” (NR)	industrialização de embarcação de que trata o § 2º, o prazo de suspensão dos tributos poderá ser de até sete anos.”(NR)
Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002		Art. 4º O art. 5º da <u>Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002</u> , passa a vigorar com a seguinte redação:	Art. 5º O art. 5º da <u>Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 5º A contribuição para o PIS/Pasep não incidirá sobre as receitas decorrentes das operações de:		“ Art. 5º	“Art. 5º
..... III - vendas a empresa comercial exportadora com o fim específico de exportação.	
		IV – cessão ou transferência de direitos a pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, inclusive licença de tecnologia, cujo pagamento represente ingresso de divisas.	IV – cessão ou transferência de direitos a pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, inclusive licença de tecnologia, cujo pagamento represente ingresso de divisas.
..... § 2º A pessoa jurídica que, até o final de cada trimestre do ano civil, não conseguir utilizar o crédito por qualquer das formas previstas no § 1º, poderá solicitar o seu ressarcimento em dinheiro, observada a legislação específica aplicável à matéria.	
		§ 3º O disposto no inciso IV do <i>caput</i> não se aplica no caso de cessão ou transferência de direitos a pessoa física	§ 3º O disposto no inciso IV do <i>caput</i> não se aplica no caso de cessão ou transferência de direitos a pessoa física

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015
(Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)

LEGISLAÇÃO	Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 03/09/2015)
		ou jurídica domiciliada em país com tributação favorecida ou beneficiária de regime fiscal privilegiado, nos termos dos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.” (NR)	ou jurídica domiciliada em país com tributação favorecida ou beneficiária de regime fiscal privilegiado, nos termos dos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.”(NR)
Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003		Art. 5º O <u>art. 6º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003</u> , passa a vigorar com a seguinte redação:	Art. 6º O <u>art. 6º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 6º A COFINS não incidirá sobre as receitas decorrentes das operações de:		“ Art. 6º	“Art. 6º
..... III - vendas a empresa comercial exportadora com o fim específico de exportação.	
		IV – cessão ou transferência de direitos a pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, inclusive licença de tecnologia, cujo pagamento represente ingresso de divisas.	IV – cessão ou transferência de direitos a pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, inclusive licença de tecnologia, cujo pagamento represente ingresso de divisas.
..... § 4º O direito de utilizar o crédito de acordo com o § 1º não beneficia a empresa comercial exportadora que tenha adquirido mercadorias com o fim previsto no inciso III do caput, ficando vedada, nesta hipótese, a apuração de créditos vinculados à receita de exportação.	

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015
(Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)

LEGISLAÇÃO	Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 03/09/2015)
		§ 5º O disposto no inciso IV do <i>caput</i> não se aplica no caso de cessão ou transferência de direitos a pessoa física ou jurídica domiciliada em país com tributação favorecida ou beneficiária de regime fiscal privilegiado, nos termos dos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.” (NR)	§ 5º O disposto no inciso IV do <i>caput</i> não se aplica no caso de cessão ou transferência de direitos a pessoa física ou jurídica domiciliada em país com tributação favorecida ou beneficiária de regime fiscal privilegiado, nos termos dos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.”(NR)
Lei 11.033, de 21 de dezembro de 2004		Art. 6º A Lei 11.033, de 21 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte alteração:	Art. 7º O art. 16 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 16. Os beneficiários do Reporto descritos no art. 15 desta Lei ficam acrescidos das empresas de dragagem, definidas na Lei nº 11.610, de 12 de dezembro de 2007, dos recintos alfandegados de zona secundária e dos centros de treinamento profissional de que trata o art. 32 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993 (Lei dos Portos), e poderão efetuar aquisições e importações amparadas pelo Reporto até 31 de dezembro de 2015.		“ Art. 16. Os beneficiários do Reporto descritos no art. 15 desta Lei ficam acrescidos das empresas de dragagem, definidas na Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013 (Lei dos Portos), dos recintos alfandegados de zona secundária e dos centros de formação profissional e treinamento multifuncional de que trata o art. 33 da Lei nº 12.815, de 2013, e poderão efetuar aquisições e importações amparadas pelo Reporto até 31 de dezembro de 2020.” (NR)	“ Art. 16. Os beneficiários do Reporto descritos no art. 15 desta Lei ficam acrescidos das empresas de dragagem definidas na Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013 - Lei dos Portos, dos recintos alfandegados de zona secundária e dos centros de formação profissional e treinamento multifuncional de que trata o art. 33 da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e poderão efetuar aquisições e importações amparadas pelo Reporto até 31 de dezembro de 2020.”(NR)
		Art. 7º Ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a energia elétrica ativa fornecida pela	Art. 8º Ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a energia elétrica ativa fornecida pela

**Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015
(Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)**

LEGISLAÇÃO	Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 03/09/2015)
		distribuidora à unidade consumidora, na quantidade correspondente à soma da energia elétrica ativa injetada na rede de distribuição pela mesma unidade consumidora com os créditos de energia ativa originados na própria unidade consumidora no mesmo mês, em meses anteriores ou em outra unidade consumidora do mesmo titular, nos termos do Sistema de Compensação de Energia Elétrica para microgeração e minigeração distribuída, conforme regulamentação da ANEEL.	distribuidora à unidade consumidora, na quantidade correspondente à soma da energia elétrica ativa injetada na rede de distribuição pela mesma unidade consumidora com os créditos de energia ativa originados na própria unidade consumidora no mesmo mês, em meses anteriores ou em outra unidade consumidora do mesmo titular, nos termos do Sistema de Compensação de Energia Elétrica para microgeração e minigeração distribuída, conforme regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
		Art. 8º Ficam reduzidas a zero, por um prazo de 5 (cinco) anos, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, de PIS/Pasep-Importação, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Cofins-Importação incidentes sobre os produtos a seguir indicados e respectivas classificações na Nomenclatura Comum do Mercosul, utilizados exclusiva ou principalmente para fabricação de itens na microgeração e minigeração distribuída, conforme regulamentação da ANEEL:	Art. 9º Ficam reduzidas a zero, por um prazo de cinco anos, as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, do PIS/Pasep-Importação, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Cofins-Importação incidentes sobre os produtos constantes do Anexo II desta Lei e respectivas classificações na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, utilizados exclusiva ou principalmente para fabricação de itens na microgeração e minigeração distribuída, conforme regulamentação da Aneel.

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015
(Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)

LEGISLAÇÃO	Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 03/09/2015)																																	
		<table><tr><td>I</td><td>- Estrutura de suporte - Outras chapas, folhas, tiras, películas de plástico</td><td>3919.90.00;</td></tr><tr><td>II</td><td>- Outras obras de plástico - Bucha plástica</td><td>3926.90.90;</td></tr><tr><td>III</td><td>- Estrutura de suporte fixa em aço</td><td>7308.90.10;</td></tr><tr><td>IV</td><td>- Estrutura de suporte - Outras construções e suas partes, ferro/aço, exceto 94.06</td><td>7308.90.90;</td></tr><tr><td>V</td><td>- Estrutura de suporte - Outros parafusos e pinos ou pernos, mesmo com as porcas e arruelas</td><td>7318.15.00;</td></tr><tr><td>VI</td><td>- Estrutura de suporte - Porcas de ferro fundido, ferro ou aço</td><td>7318.16.00;</td></tr><tr><td>VII</td><td>- Estrutura de suporte - Arruelas de pressão e outras arruelas de segurança</td><td>7318.21.00;</td></tr><tr><td>VIII</td><td>- Outras arruelas ferro fundido, ferro ou aço</td><td>7318.22.00;</td></tr><tr><td>IX</td><td>- Estrutura de suporte - Rebites de ferro fundido, ferro ou aço</td><td>7318.23.00;</td></tr><tr><td>X</td><td>- Cabos de cobre para uso elétrico</td><td>7413.00.00;</td></tr><tr><td>XI</td><td>- Estruturas de</td><td>7604.21.00;</td></tr></table>	I	- Estrutura de suporte - Outras chapas, folhas, tiras, películas de plástico	3919.90.00;	II	- Outras obras de plástico - Bucha plástica	3926.90.90;	III	- Estrutura de suporte fixa em aço	7308.90.10;	IV	- Estrutura de suporte - Outras construções e suas partes, ferro/aço, exceto 94.06	7308.90.90;	V	- Estrutura de suporte - Outros parafusos e pinos ou pernos, mesmo com as porcas e arruelas	7318.15.00;	VI	- Estrutura de suporte - Porcas de ferro fundido, ferro ou aço	7318.16.00;	VII	- Estrutura de suporte - Arruelas de pressão e outras arruelas de segurança	7318.21.00;	VIII	- Outras arruelas ferro fundido, ferro ou aço	7318.22.00;	IX	- Estrutura de suporte - Rebites de ferro fundido, ferro ou aço	7318.23.00;	X	- Cabos de cobre para uso elétrico	7413.00.00;	XI	- Estruturas de	7604.21.00;	(A tabela ao lado que constava do art. 8º do PLV 11/2015 aprovado na Comissão Mista foi realocado no texto do PLV aprovado na CD, constando como ANEXO II ao final do Projeto)
I	- Estrutura de suporte - Outras chapas, folhas, tiras, películas de plástico	3919.90.00;																																		
II	- Outras obras de plástico - Bucha plástica	3926.90.90;																																		
III	- Estrutura de suporte fixa em aço	7308.90.10;																																		
IV	- Estrutura de suporte - Outras construções e suas partes, ferro/aço, exceto 94.06	7308.90.90;																																		
V	- Estrutura de suporte - Outros parafusos e pinos ou pernos, mesmo com as porcas e arruelas	7318.15.00;																																		
VI	- Estrutura de suporte - Porcas de ferro fundido, ferro ou aço	7318.16.00;																																		
VII	- Estrutura de suporte - Arruelas de pressão e outras arruelas de segurança	7318.21.00;																																		
VIII	- Outras arruelas ferro fundido, ferro ou aço	7318.22.00;																																		
IX	- Estrutura de suporte - Rebites de ferro fundido, ferro ou aço	7318.23.00;																																		
X	- Cabos de cobre para uso elétrico	7413.00.00;																																		
XI	- Estruturas de	7604.21.00;																																		

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015
(Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)

LEGISLAÇÃO	Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)			Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 03/09/2015)
			suporte - Barras e perfis de alumínio		
		XII	- Estrutura de suporte fixa em alumínio	7606.12.90;	
		XIII	- Estrutura de suporte - Outras construções e suas partes, alumínio, exceto 94.06	7610.90.00;	
		XIV	- String box e data logger - Outros aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	8404.90.90;	
		XV	- Bomba para líquidos, para uso em sistema de energia solar fotovoltaico em corrente contínua	8413.81.00;	
		XVI	- Gerador fotovoltaico de potência não superior a 750 W	8501.31.20;	
		XVII	- Gerador fotovoltaico de potência superior a 750 W mas não superior a 75 kW	8501.32.20;	
		XVIII	- Gerador fotovoltaico de potência superior a 75 kW mas não superior a 375 kW	8501.33.20;	
		XIX	- Gerador	8501.34.20;	

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015
(Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)

LEGISLAÇÃO	Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 03/09/2015)																																							
		<table><tr><td></td><td>fotovoltaico de potência superior a 375 kW</td><td></td></tr><tr><td>XX</td><td>- Inversor de frequência híbrido</td><td>8504.40.29;</td></tr><tr><td>XXI</td><td>- Conversores de corrente contínua - Inversores</td><td>8504.40.30;</td></tr><tr><td>XXII</td><td>- Inversores - Outros</td><td>8504.40.90;</td></tr><tr><td>XXIII</td><td>- Conectores para sistemas FV - Outros</td><td>8536.69.90;</td></tr><tr><td>XXIV</td><td>- Conectores elétricos</td><td>8536.90.10;</td></tr><tr><td>XXV</td><td>- Conectores elétricos</td><td>8536.90.90;</td></tr><tr><td>XXVI</td><td>- Quaisquer outros quadros para distribuição de energia elétrica até 1000V</td><td>8537.10.90;</td></tr><tr><td>XXVII</td><td>- Quaisquer outros quadros para distribuição de energia elétrica superior a 1000V</td><td>8537.20.90;</td></tr><tr><td>XXVIII</td><td>- Módulos fotovoltaicos (células solares em módulos ou painéis)</td><td>8541.40.32;</td></tr><tr><td>XXIX</td><td>- Outras células fotovoltaicas em módulos ou painéis</td><td>8541.40.39;</td></tr><tr><td>XXX</td><td>- Cabos coaxiais e outros condutores elétricos coaxiais</td><td>8544.20.00;</td></tr><tr><td>XXXI</td><td>- Cabos para tensão</td><td>8544.42.00;</td></tr></table>		fotovoltaico de potência superior a 375 kW		XX	- Inversor de frequência híbrido	8504.40.29;	XXI	- Conversores de corrente contínua - Inversores	8504.40.30;	XXII	- Inversores - Outros	8504.40.90;	XXIII	- Conectores para sistemas FV - Outros	8536.69.90;	XXIV	- Conectores elétricos	8536.90.10;	XXV	- Conectores elétricos	8536.90.90;	XXVI	- Quaisquer outros quadros para distribuição de energia elétrica até 1000V	8537.10.90;	XXVII	- Quaisquer outros quadros para distribuição de energia elétrica superior a 1000V	8537.20.90;	XXVIII	- Módulos fotovoltaicos (células solares em módulos ou painéis)	8541.40.32;	XXIX	- Outras células fotovoltaicas em módulos ou painéis	8541.40.39;	XXX	- Cabos coaxiais e outros condutores elétricos coaxiais	8544.20.00;	XXXI	- Cabos para tensão	8544.42.00;	
	fotovoltaico de potência superior a 375 kW																																									
XX	- Inversor de frequência híbrido	8504.40.29;																																								
XXI	- Conversores de corrente contínua - Inversores	8504.40.30;																																								
XXII	- Inversores - Outros	8504.40.90;																																								
XXIII	- Conectores para sistemas FV - Outros	8536.69.90;																																								
XXIV	- Conectores elétricos	8536.90.10;																																								
XXV	- Conectores elétricos	8536.90.90;																																								
XXVI	- Quaisquer outros quadros para distribuição de energia elétrica até 1000V	8537.10.90;																																								
XXVII	- Quaisquer outros quadros para distribuição de energia elétrica superior a 1000V	8537.20.90;																																								
XXVIII	- Módulos fotovoltaicos (células solares em módulos ou painéis)	8541.40.32;																																								
XXIX	- Outras células fotovoltaicas em módulos ou painéis	8541.40.39;																																								
XXX	- Cabos coaxiais e outros condutores elétricos coaxiais	8544.20.00;																																								
XXXI	- Cabos para tensão	8544.42.00;																																								

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015
(Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)

LEGISLAÇÃO	Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 03/09/2015)																		
		<table><tr><td></td><td>não superior a 1000 V com peças de conexão</td><td></td></tr><tr><td>XXXII</td><td>- Cabos para tensão não superior a 1000 V sem peças de conexão</td><td>8544.49.00;</td></tr><tr><td>XXXIII</td><td>- Outros cabos para tensão superior a 1000 V</td><td>8544.60.00;</td></tr><tr><td>XXXIV</td><td>- Outros instrumentos e aparelhos para medida e controle de líquido e etc.</td><td>9026.80.00;</td></tr><tr><td>XXXV</td><td>- Outros instrumentos, aparelhos e máquinas</td><td>9031.80.99 e</td></tr><tr><td>XXXVI</td><td>- Outros instrumentos e aparelhos para regulação ou controle de grandezas não elétricas</td><td>9032.89.89.</td></tr></table>		não superior a 1000 V com peças de conexão		XXXII	- Cabos para tensão não superior a 1000 V sem peças de conexão	8544.49.00;	XXXIII	- Outros cabos para tensão superior a 1000 V	8544.60.00;	XXXIV	- Outros instrumentos e aparelhos para medida e controle de líquido e etc.	9026.80.00;	XXXV	- Outros instrumentos, aparelhos e máquinas	9031.80.99 e	XXXVI	- Outros instrumentos e aparelhos para regulação ou controle de grandezas não elétricas	9032.89.89.	
	não superior a 1000 V com peças de conexão																				
XXXII	- Cabos para tensão não superior a 1000 V sem peças de conexão	8544.49.00;																			
XXXIII	- Outros cabos para tensão superior a 1000 V	8544.60.00;																			
XXXIV	- Outros instrumentos e aparelhos para medida e controle de líquido e etc.	9026.80.00;																			
XXXV	- Outros instrumentos, aparelhos e máquinas	9031.80.99 e																			
XXXVI	- Outros instrumentos e aparelhos para regulação ou controle de grandezas não elétricas	9032.89.89.																			
Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012		Art. 9. O caput do art. 4º da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 , passa a vigorar com a seguinte redação:	Art. 10. O caput do art. 4º da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 , passa a vigorar com a seguinte redação:																		
Art. 4º A União facultará às pessoas físicas, a partir do ano-calendário de 2012 até o ano-calendário de 2015, e às pessoas jurídicas, a partir do ano-calendário de 2013 até o ano-calendário de 2016, na qualidade de incentivadoras, a opção de deduzirem		“Art. 4º A União facultará às pessoas físicas, a partir do ano-calendário de 2012 até o ano-calendário de 2020, e às pessoas jurídicas, a partir do ano-calendário de 2013 até o ano-calendário de 2021, na qualidade de incentivadoras, a opção de deduzirem	“Art. 4º A União facultará às pessoas físicas, a partir do ano-calendário de 2012 até o ano-calendário de 2020, e às pessoas jurídicas, a partir do ano-calendário de 2013 até o ano-calendário de 2021, na qualidade de incentivadoras, a opção de deduzirem																		

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015
(Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)

12

LEGISLAÇÃO	Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 03/09/2015)
do imposto sobre a renda os valores correspondentes às doações e aos patrocínios diretamente efetuados em prol de ações e serviços de que tratam os arts. 1º a 3º, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde e desenvolvidos pelas instituições destinatárias a que se referem os arts. 2º e 3º.		do imposto sobre a renda os valores correspondentes às doações e aos patrocínios diretamente efetuados em prol de ações e serviços de que tratam os arts. 1º a 3º, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde e desenvolvidos pelas instituições destinatárias a que se referem os arts. 2º e 3º.	do imposto sobre a renda os valores correspondentes às doações e aos patrocínios diretamente efetuados em prol de ações e serviços de que tratam os arts. 1º a 3º, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde e desenvolvidos pelas instituições destinatárias a que se referem os arts. 2º e 3º.
.....	”(NR)”(NR)
Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995		Art. 10. A <u>Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995</u> , passa a vigorar com a seguinte alteração:	Art. 11. A <u>Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995</u> , passa a vigorar acrescida do seguinte art. 13-A :
Art. 13. Para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, são vedadas as seguintes deduções, independentemente do disposto no art. 47 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964:	
		“Art. 13-A. Nas sociedades cooperativas, são dedutíveis, para efeito de apuração do resultado das aplicações financeiras e incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, as despesas financeiras dos empréstimos e financiamentos incorridas.	“Art. 13-A. Nas sociedades cooperativas, são dedutíveis, para efeito de apuração do resultado das aplicações financeiras e incidência do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, as despesas financeiras dos empréstimos e financiamentos incorridas.

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015
(Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)

LEGISLAÇÃO	Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 03/09/2015)
		Parágrafo único. Nas sociedades cooperativas de crédito, os ingressos auferidos em aplicações financeiras realizadas no mercado financeiro não estão sujeitos à incidência do IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e COFINS.”	Parágrafo único. Nas sociedades cooperativas de crédito, os ingressos auferidos em aplicações financeiras realizadas no mercado financeiro não estão sujeitos à incidência do IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins.”
Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007		Art. 11. A <u>Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007</u> , passa a vigorar com as seguinte alteração:	Art. 12. O art. 5º da <u>Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007</u> , passa a vigorar com a seguinte alteração:
Art. 5º Os projetos referidos no § 4º do art. 2º devem ser aprovados em ato conjunto dos Ministros de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, nos termos e condições estabelecidos pelo Poder Executivo.		“Art.5º.....	“Art. 5º
§ 2º O prazo para apresentação dos projetos é de 4 (quatro) anos, prorrogável por até 4 (quatro) anos em ato do Poder Executivo.		§ 2º. Os projetos poderão ser apresentados até 31 de julho de 2020.	§ 2º Os projetos poderão ser apresentados até 31 de julho de 2020.
.....	”(NR)”(NR)
Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014		Art. 12. A <u>Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 13. O art. 109 da <u>Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014</u> , passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 109. As pessoas jurídicas que se encontrem inativas desde o ano-calendário de 2009 ou que estejam em regime de liquidação ordinária, judicial ou extrajudicial, ou em regime de		“Art. 109. As pessoas jurídicas que se encontrem inativas desde o ano-calendário de 2009 ou que estejam em regime de liquidação ordinária, judicial ou extrajudicial, ou em regime de	“Art. 109. As pessoas jurídicas que se encontrem inativas desde o ano-calendário de 2009 ou que estejam em regime de liquidação ordinária, judicial ou extrajudicial, ou em regime de

**Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015
(Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)**

14

LEGISLAÇÃO	Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 03/09/2015)
falência, poderão apurar o Imposto de Renda e a CSLL relativos ao ganho de capital resultante da alienação de bens ou direitos, ou qualquer ato que enseje a realização de ganho de capital, sem a aplicação dos limites previstos nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, desde que o produto da venda seja utilizado para pagar débitos de qualquer natureza com a União.		falência, poderão apurar o imposto de renda e a CSLL sem a aplicação dos limites previstos nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.065, de 20 de janeiro de 1995, durante o período em que estiverem no referido regime.	falência, poderão apurar o imposto de renda e a CSLL sem a aplicação dos limites previstos nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, durante o período em que estiverem no referido regime.
		§ 1º A aplicação do disposto no <i>caput</i> se restringirá à apuração do imposto de renda e CSLL sobre as seguintes operações:	§ 1º A aplicação do disposto no <i>caput</i> restringir-se-á à apuração do imposto de renda e CSLL sobre as seguintes operações:
		I – ganho de capital resultante da alienação de bens ou direitos ou qualquer ato que enseje a realização de ganho de capital;	I – ganho de capital resultante da alienação de bens ou direitos ou qualquer ato que enseje a realização de ganho de capital;
		II – reversão de provisões;	II – reversão de provisões;
		III – resultado de aplicação de saldos de caixa;	III – resultado de aplicação de saldos de caixa;
		IV – rendimentos auferidos sobre os ativos existentes.	IV – rendimentos auferidos sobre os ativos existentes.
		§ 2º Caso o regime previsto no <i>caput</i> seja cessado a partir de 1º de janeiro de 2017, os prejuízos fiscais apurados até 31 de dezembro de 2016 não sofrerem a aplicação dos limites desde que sua utilização não ultrapasse o ano calendário de 2020.” (NR)	§ 2º Caso o regime previsto no <i>caput</i> seja cessado a partir de 1º de janeiro de 2017, os prejuízos fiscais apurados até 31 de dezembro de 2016 não sofrerão a aplicação dos limites desde que sua utilização não ultrapasse o ano calendário de 2020.”(NR)

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015
(Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)

LEGISLAÇÃO	Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 03/09/2015)
Art. 110. O art. 43 da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:			
Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000		Art. 13. A <u>Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000</u> , passa a vigorar com a seguinte alteração:	Art. 14. O art. 3º da <u>Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000</u> , passa a vigorar acrescido do seguinte § 16:
Art. 3º A novação de que trata o art. 1º far-se-á mediante:		“Art. 3º	“Art. 3º
§ 15. Na instrução do processo de novação de créditos adquiridos, adicionalmente ao previsto no § 14 deste artigo, incluem-se os débitos a que se refere o inciso I do caput deste artigo, devidos pelas instituições cedentes, relativamente ao período em que essas permaneceram como titular dos créditos que integram o processo de novação.	
		§ 16. Caso na instrução do processo de novação de créditos não seja demonstrado o pagamento dos débitos de que tratam o inciso I do <i>caput</i> e os §§ 14 e 15 deste artigo, o processo não será interrompido se as instituições financeiras cedentes em regular funcionamento firmem declaração de responsabilidade quanto a estes débitos, autorizando o débito automático dos valores estimados na	§ 16. Caso na instrução do processo de novação de créditos não seja demonstrado o pagamento dos débitos de que tratam o inciso I do <i>caput</i> e os §§ 14 e 15 deste artigo, o processo não será interrompido se as instituições financeiras cedentes em regular funcionamento firmem declaração de responsabilidade quanto a estes débitos, autorizando o débito automático dos valores estimados na

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015
(Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)

16

LEGISLAÇÃO	Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 03/09/2015)
		reserva bancária da instituição financeiras e a transferência imediata para o Tesouro Nacional, exceto se, no prazo de 9 (nove) meses, conseguir comprovar o pagamento dos referidos débitos.” (NR)	reserva bancária da instituição financeira e a transferência imediata para o Tesouro Nacional, exceto se, no prazo de nove meses, conseguir comprovar o pagamento dos referidos débitos.”(NR)
Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004		Art. 14. A <u>Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004</u> , passa a vigorar com a seguinte alteração:	Art. 15. A <u>Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 8º As contribuições serão calculadas mediante aplicação, sobre a base de cálculo de que trata o art. 7º desta Lei, das alíquotas:		“Art. 8º	“Art. 8º
.....	
§ 12. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas das contribuições, nas hipóteses de importação de:		§ 12.	§ 12.
.....			
XL - produtos classificados no Ex 01 do código 8503.00.90 da Tipi.		XL - produtos classificados no Ex 01 do código 8503.00.90 da Tipi, exceto pás eólicas.	XL - produtos classificados no Ex 01 do código 8503.00.90 da Tipi, exceto pás eólicas.
.....	” (NR)”(NR)
Art. 28. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de:		“Art. 28	“Art. 28
.....	
XXXVII - produtos classificados no Ex 01 do código 8503.00.90 da TIPI.		XXXVII - produtos classificados no Ex 01 do código 8503.00.90 da Tipi, exceto pás eólicas.	XXXVII - produtos classificados no Ex 01 do código 8503.00.90 da Tipi, exceto pás eólicas.

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015
(Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)

17

LEGISLAÇÃO	Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 03/09/2015)
.....	”(NR)”(NR)
		Art. 15. Fica reaberto por 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação desta Lei, o prazo para adesão ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (PROIES), de que trata a Lei nº 12.989, de 6 de junho de 2014, às instituições de ensino superior integrantes do sistema federal de ensino para requerer, por intermédio de suas mantenedoras, a adesão ao referido sistema.	Art. 16. Fica reaberto por quinze dias, contados a partir da publicação desta Lei, o prazo para adesão ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior - PROIES, de que trata a Lei nº 12.989, de 6 de junho de 2014, às instituições de ensino superior integrantes do sistema federal de ensino para requerer, por intermédio de suas mantenedoras, a adesão ao referido sistema.
	Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação.	Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:	Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:
		I – a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação da Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, em relação à nova redação dada aos incisos I e III do art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, conforme art. 1º desta Lei;	I – a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação da Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, em relação à nova redação dada aos incisos I e III do art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, conforme o art. 1º desta Lei;
		II – a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação, em relação ao art. 14 desta Lei; e	II – a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação, em relação ao art. 15 desta Lei; e
		III – a partir da data de publicação desta Lei, em relação aos demais dispositivos.	III – a partir da data de publicação desta Lei, em relação aos demais dispositivos.

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015
(Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)

LEGISLAÇÃO	Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 03/09/2015)
Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000		Art. 17. Fica revogado o parágrafo único <u>do art. 6º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000.</u>	
Art. 6º O mandato dos Conselheiros e dos Diretores terá o prazo fixado na lei de criação de cada Agência.			
Parágrafo único. Em caso de vacância no curso do mandato, este será completado por sucessor investido na forma prevista no art. 5º.			
			ANEXO I
			Imóveis registrados no Livro 02 do 1º Ofício de Notas do Registro Geral dos Imóveis de Petrolina, que assim se identificam e se confrontam:
			Lote 01: objeto da matrícula 62.998, com área de 1.355,09 m², perímetro de 151,66 m, com frente para a Rua Projetada 1; lado direito: Av. Gilberto Freire; fundos: Vila Mocó – Área “C” do Antigo Aeroporto de Petrolina; lado esquerdo: Lote 02.
			Lote 05: objeto da matrícula 63.002, com área de 1.406,96 m², perímetro de 153,80 m, com frente: Rua Projetada 1; lado direito: Lote 04; fundos: Vila Mocó – Área “C” do Antigo Aeroporto de Petrolina; lado esquerdo: Lote 06.
			Lote 06: objeto da matrícula 63.003, com área de 1.969,48 m², perímetro de

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015
(Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)

19

LEGISLAÇÃO	Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 03/09/2015)
			177,79 m, com frente para a Rua Projetada 1; lado direito: Lote 05; fundos: Vila Mocó – Área “C” do Antigo Aeroporto de Petrolina; lado esquerdo: Lote 07.
			Lote 07: objeto da matrícula 63.004, com área de 938,60 m², perímetro de 133,86 m, com frente para a Rua Projetada 1; lado direito: Lote 06; fundos: Vila Mocó – Área “C” do Antigo Aeroporto de Petrolina; lado esquerdo: Rua Lucyanno Patriota.
			Lote 08: objeto da matrícula 63.005, com área de 886,87m², perímetro de 128,39 m, com frente para a Rua Projetada 1; lado direito: Rua Lucyanno Patriota; fundos: Vila Mocó – Área “C” do Antigo Aeroporto de Petrolina; lado esquerdo: Lote 09.
			Lote 18: objeto da matrícula 63.015, com área de 4.509,43 m², perímetro de 273,46 m, com frente para área non aedificandi; lado direito: Lotes 19 e 20; fundos: Lote 17; lado esquerdo: Rua Projetada 2.
			Lote 22: objeto da matrícula 63.018, com área de 2.577,97 m², perímetro de 231,87 m, com frente para a Avenida Gilberto Freire; lado direito: Lote 23; fundos: Lote 17; lado esquerdo: Lote 02.

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015
(Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)

20

LEGISLAÇÃO	Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 03/09/2015)																														
			Lote 24: objeto da matrícula 63.020, com área de 1.378,39 m², perímetro de 154,91 m, com frente para a Avenida Gilberto Freire; lado direito: Lote 25; fundos: Lote 15; lado esquerdo: Lote 02.																														
			Lote 25: objeto da matrícula 63.021, com área de 969,48 m², perímetro de 135,99 m, com frente para a Rua Projetada 1; lado direito: Lote 05; fundos: Vila Mocó – Área “C” do Antigo Aeroporto de Petrolina; lado esquerdo: Lote 07.																														
			Lote 27: objeto da matrícula 63.023, com área de 2.105,22 m², perímetro de 183,72 m, com frente para a Avenida Gilberto Freire; lado direito: Rua Projetada 1; fundos: Lote 14; lado esquerdo: Lote 26.																														
			ANEXO II																														
		<table><tr><td></td><td>PRODUTO</td><td>NCM</td></tr><tr><td>I</td><td>- Estrutura de suporte - Outras chapas, folhas, tiras, películas de plástico</td><td>3919.90.00;</td></tr><tr><td>II</td><td>- Outras obras de plástico - Bucha plástica</td><td>3926.90.90;</td></tr><tr><td>III</td><td>- Estrutura de suporte fixa em aço</td><td>7308.90.10;</td></tr><tr><td>IV</td><td>- Estrutura de suporte - Outras construções</td><td>7308.90.90;</td></tr></table>		PRODUTO	NCM	I	- Estrutura de suporte - Outras chapas, folhas, tiras, películas de plástico	3919.90.00;	II	- Outras obras de plástico - Bucha plástica	3926.90.90;	III	- Estrutura de suporte fixa em aço	7308.90.10;	IV	- Estrutura de suporte - Outras construções	7308.90.90;	<table><tr><td></td><td>PRODUTO</td><td>NCM</td></tr><tr><td>I</td><td>- Estrutura de suporte - Outras chapas, folhas, tiras, películas de plástico</td><td>3919.90.00;</td></tr><tr><td>II</td><td>- Outras obras de plástico - Bucha plástica</td><td>3926.90.90;</td></tr><tr><td>III</td><td>- Estrutura de suporte fixa em aço</td><td>7308.90.10;</td></tr><tr><td>IV</td><td>- Estrutura de suporte - Outras construções</td><td>7308.90.90;</td></tr></table>		PRODUTO	NCM	I	- Estrutura de suporte - Outras chapas, folhas, tiras, películas de plástico	3919.90.00;	II	- Outras obras de plástico - Bucha plástica	3926.90.90;	III	- Estrutura de suporte fixa em aço	7308.90.10;	IV	- Estrutura de suporte - Outras construções	7308.90.90;
	PRODUTO	NCM																															
I	- Estrutura de suporte - Outras chapas, folhas, tiras, películas de plástico	3919.90.00;																															
II	- Outras obras de plástico - Bucha plástica	3926.90.90;																															
III	- Estrutura de suporte fixa em aço	7308.90.10;																															
IV	- Estrutura de suporte - Outras construções	7308.90.90;																															
	PRODUTO	NCM																															
I	- Estrutura de suporte - Outras chapas, folhas, tiras, películas de plástico	3919.90.00;																															
II	- Outras obras de plástico - Bucha plástica	3926.90.90;																															
III	- Estrutura de suporte fixa em aço	7308.90.10;																															
IV	- Estrutura de suporte - Outras construções	7308.90.90;																															

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015
(Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)

21

LEGISLAÇÃO	Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)			Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 03/09/2015)		
			e suas partes, ferro/aço, exceto 94.06			e suas partes, ferro/aço, exceto 94.06	
		V	- Estrutura de suporte - Outros parafusos e pinos ou pernos, mesmo com as porcas e arruelas	7318.15.00;	V	- Estrutura de suporte - Outros parafusos e pinos ou pernos, mesmo com as porcas e arruelas	7318.15.00;
		VI	- Estrutura de suporte - Porcas de ferro fundido, ferro ou aço	7318.16.00;	VI	- Estrutura de suporte - Porcas de ferro fundido, ferro ou aço	7318.16.00;
		VII	- Estrutura de suporte - Arruelas de pressão e outras arruelas de segurança	7318.21.00;	VII	- Estrutura de suporte - Arruelas de pressão e outras arruelas de segurança	7318.21.00;
		VIII	- Outras arruelas ferro fundido, ferro ou aço	7318.22.00;	VIII	- Outras arruelas ferro fundido, ferro ou aço	7318.22.00;
		IX	- Estrutura de suporte - Rebites de ferro fundido, ferro ou aço	7318.23.00;	IX	- Estrutura de suporte - Rebites de ferro fundido, ferro ou aço	7318.23.00;
		X	- Cabos de cobre para uso elétrico	7413.00.00;	X	- Cabos de cobre para uso elétrico	7413.00.00;
		XI	- Estruturas de suporte - Barras e perfis de alumínio	7604.21.00;	XI	- Estruturas de suporte - Barras e perfis de alumínio	7604.21.00;
		XII	- Estrutura de suporte fixa em alumínio	7606.12.90;	XII	- Estrutura de suporte fixa em alumínio	7606.12.90;
		XIII	- Estrutura de suporte - Outras construções e suas partes, alumínio, exceto 94.06	7610.90.00;	XIII	- Estrutura de suporte - Outras construções e suas partes, alumínio, exceto 94.06	7610.90.00;
		XIV	- String box e data logger - Outros aparelhos e	8404.90.90;	XIV	- String box e data logger - Outros aparelhos e	8404.90.90;

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015
(Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)

LEGISLAÇÃO	Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 03/09/2015)
		instrumentos mecânicos, e suas partes	instrumentos mecânicos, e suas partes
		XV - Bomba para líquidos, para uso em sistema de energia solar fotovoltaico em corrente contínua 8413.81.00;	XV - Bomba para líquidos, para uso em sistema de energia solar fotovoltaico em corrente contínua 8413.81.00;
		XVI - Gerador fotovoltaico de potência não superior a 750 W 8501.31.20;	XVI - Gerador fotovoltaico de potência não superior a 750 W 8501.31.20;
		XVII - Gerador fotovoltaico de potência superior a 750 W mas não superior a 75 kW 8501.32.20;	XVII - Gerador fotovoltaico de potência superior a 750 W mas não superior a 75 kW 8501.32.20;
		XVIII - Gerador fotovoltaico de potência superior a 75 kW mas não superior a 375 kW 8501.33.20;	XVIII - Gerador fotovoltaico de potência superior a 75 kW mas não superior a 375 kW 8501.33.20;
		XIX - Gerador fotovoltaico de potência superior a 375 kW 8501.34.20;	XIX - Gerador fotovoltaico de potência superior a 375 kW 8501.34.20;
		XX - Inversor de frequência híbrido 8504.40.29;	XX - Inversor de frequência híbrido 8504.40.29;
		XXI - Conversores de corrente contínua - Inversores 8504.40.30;	XXI - Conversores de corrente contínua - Inversores 8504.40.30;
		XXII - Inversores - Outros 8504.40.90;	XXII - Inversores - Outros 8504.40.90;
		XXIII - Conectores para sistemas FV - Outros 8536.69.90;	XXIII - Conectores para sistemas FV - Outros 8536.69.90;
		XXIV - Conectores elétricos 8536.90.10;	XXIV - Conectores elétricos 8536.90.10;

**Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015
(Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)**

23

LEGISLAÇÃO	Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)			Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 03/09/2015)		
		XXV	- Conectores elétricos	8536.90.90;	XXV	- Conectores elétricos	8536.90.90;
		XXVI	- Quaisquer outros quadros para distribuição de energia elétrica até 1000V	8537.10.90;	XXVI	- Quaisquer outros quadros para distribuição de energia elétrica até 1000V	8537.10.90;
		XXVII	- Quaisquer outros quadros para distribuição de energia elétrica superior a 1000V	8537.20.90;	XXVII	- Quaisquer outros quadros para distribuição de energia elétrica superior a 1000V	8537.20.90;
		XXVIII	- Módulos fotovoltaicos (células solares em módulos ou painéis)	8541.40.32;	XXVII I	- Módulos fotovoltaicos (células solares em módulos ou painéis)	8541.40.32;
		XXIX	- Outras células fotovoltaicas em módulos ou painéis	8541.40.39;	XXIX	- Outras células fotovoltaicas em módulos ou painéis	8541.40.39;
		XXX	- Cabos coaxiais e outros condutores elétricos coaxiais	8544.20.00;	XXX	- Cabos coaxiais e outros condutores elétricos coaxiais	8544.20.00;
		XXXI	- Cabos para tensão não superior a 1000 V com peças de conexão	8544.42.00;	XXXI	- Cabos para tensão não superior a 1000 V com peças de conexão	8544.42.00;
		XXXII	- Cabos para tensão não superior a 1000 V sem peças de conexão	8544.49.00;	XXXII	- Cabos para tensão não superior a 1000 V sem peças de conexão	8544.49.00;
		XXXIII	- Outros cabos para tensão superior a 1000 V	8544.60.00;	XXXII I	- Outros cabos para tensão superior a 1000 V	8544.60.00;
		XXXIV	- Outros instrumentos e aparelhos para medida e controle de líquido e etc.	9026.80.00;	XXXI V	- Outros instrumentos e aparelhos para medida e controle de líquido e etc.	9026.80.00;

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015
(Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)

LEGISLAÇÃO	Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 675, de 2015)			Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 03/09/2015)		
		XXXV	- Outros instrumentos, aparelhos e máquinas	9031.80.99 e	XXXV	- Outros instrumentos, aparelhos e máquinas	9031.80.99 e
		XXXVI	- Outros instrumentos e aparelhos para regulação ou controle de grandezas não elétricas	9032.89.89.	XXXV I	- Outros instrumentos e aparelhos para regulação ou controle de grandezas não elétricas	9032.89.89.